

QUESTÕES PRELIMINARES SOBRE OS ESPAÇOS DE SIGNIFICAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: conceitos, linguagens e conhecimentos marginais

Mariana Thamires Martins
Graduanda em Biblioteconomia (UFPE)

Maria Sueny Barbosa Soares
Graduanda em Biblioteconomia (UFPE)
E-mail: tout__court@hotmail.com

Marivalde Moacir Francelin
Doutor em Ciência da Informação (USP)
E-mail: mfrancelin@yahoo.com.br

RESUMO

Aborda o uso dos espaços de significação como ambientes de criação artística, cultural e científica, analisando, sob o prisma semiótico, as características dinâmicas e constantes da representação da informação, que depende principalmente da ação dos sujeitos desse espaço. Objetivando analisar o conceito de espaços de significação na previsão da prática nas ciências, o presente estudo verifica, de maneira sintética e introdutória, a formação e como as memórias científicas são “cravadas” e usadas na linguagem natural e na artificial. A pesquisa usa o método de revisão de literatura dos textos de pesquisadores do campo da Ciência da Informação e de áreas correlatas que contemplem em seus estudos a ciência como um jogo de forças no campo de uso da linguagem e de sua representação. A pesquisa dividiu-se em duas partes: o que são os espaços de significação e linguagens de representação documental; e, a análise de textos que estabelecem o campo da linguagem como contexto principal para o acontecimento, representação e organização do conhecimento. O presente trabalho apresenta as discussões parciais da primeira parte da pesquisa. Conclui que a hipótese de um conhecimento localizado e válido deve ser levada em consideração nos processos de tratamento da memória documental.

PALAVRAS-CHAVE

Organização do Conhecimento; Espaços de Significação; Conceitos e Linguagens; Memória Documental.

ABSTRACT

Discusses the use of the meaningful spaces as an environment of artistic creation, cultural and scientific cooperation, analyzing the semiotic perspective, the dynamic characteristics and constants of the representation of information, which depends primarily on the actions of individuals this space. Aiming to analyze the concept of meaningful spaces in predicting the practical scientific, this study verifies the training of scientific memoirs of scientific memoirs and their use in natural language and artificial. The research uses the method of literature review outlining the analysis of texts by researchers in the field of information science and related fields that

contemplate in their studies the science as a play of forces in the field of language use and its representation. The research was divided into two parts: what are the meaningful spaces and language of representation, and the analysis of texts establishing language as a context for the action, representation and knowledge organization. This paper presents the discussion partial of first part of the research. Conclude that the hypothesis of a localized and valid knowledge must be taken into consideration in treatment processes of the documentary memory.

KEYWORDS

Knowledge Organization; Meaningful Spaces; Concepts and Languages; Memory Documentary.

1 INTRODUÇÃO

O termo “espaços de significação” é recente na área de Ciência da Informação. Na realidade ainda não figura entre os termos sedimentados teoricamente como, por exemplo, “organização do conhecimento” e “representação da informação”. Num ensaio conceitual preliminar entendemos que os espaços de significação são locais onde comunidades linguísticas definidas exercem sua autonomia de produção e uso de conceitos e, por extensão, da informação e do conhecimento. Desenvolvem e preservam, desta forma, uma memória conceitual (e informacional) com características próprias, ou seja, locais, que fogem daquelas estabelecidas e imprimidas pelo cânone da organização do conhecimento (da memória) universal.

Na tentativa de analisar a pertinência da hipótese de que os espaços de significação são espaços periféricos de produção, uso e organização de conhecimentos (conceitos e memória informacional) deslegitimados diante de uma classificação e organização do conhecimento secular, imposta e redutora, criamos no primeiro semestre de 2010 um grupo (voluntário) de estudos com alunos (as) do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco.

O grupo, inicialmente, foi chamado de “Espaços de significação e teorias do conceito”; título modificado para “Os Espaços de Significação e a Organização do Conhecimento”. O termo espaços de significação aparece antes do termo organização do conhecimento porque entendemos que as formas de criar, usar e organizar significados e significantes por meio de signos linguísticos, nas atualmente chamadas periferias linguísticas ou de significação, é anterior ao princípio elitizado imposto para uma organização dos saberes definidos e aceitos secularmente como legítimos.

Dentro desta temática apresentamos, no momento, as primeiras investidas teóricas através de revisão de literatura, procurando sintetizar os principais elementos que estariam em jogo na discussão sobre a elitização dos saberes e, como consequência, a própria “doutrinação” do discurso do senso comum através do discurso dominante dos campos disciplinares e científicos impostos como verdadeiros e legítimos pelo cânone do conhecimento ocidental.

Veremos, de forma sintética, como se dá a estrutura do conceito, dos signos e a relação entre as linguagens naturais e artificiais, tentando discutir os problemas da representação da informação nestes lugares específicos. Também levantamos a problemática dos espaços de significação, enquanto locais particulares geradores de novos conceitos e formadores de memórias informacionais, estarem à margem das classificações universais do conhecimento.

2 CONCEITO E LINGUAGEM

O conceito surgiu a partir do momento em que o homem começou articular racionalmente suas ideias, comunicando-as aos outros. Desde então passou a atribuir, por meio da linguagem, signos que designassem esses conceitos. A linguagem vem para representar e traduzir os pensamentos e os elementos que permeiam o meio social e cultural do homem fazendo-o ser entendido pelos seus semelhantes. Não se deve, portanto, confundir conceito e linguagem. O conceito foi construído através das épocas, e hoje incide para as novas gerações por meio da linguagem.

É possível dizer que a linguagem é fundamental na construção dos conceitos, mas não é possível afirmar que ela seja o único elemento necessário para a formação e sedimentação de conceitos. A afirmação de que os conceitos dependem exclusivamente da linguagem incide na ideia de que “tudo é linguagem”. Ideia esta que esbarra na sua própria condição redutora e universalista. Se “tudo é linguagem” não sobra espaço para a história e para a cultura, por exemplo, cabendo às disciplinas científicas apenas investigar a linguagem e não seus objetos específicos de estudo.

Questões políticas, ideológicas, sociais, econômicas e culturais podem ser determinantes no processo de construção de conceitos, mas, por outro lado, é necessário afirmar que os conceitos são representados pela linguagem. De maneira delimitada, os conceitos surgem como representação das coisas do mundo por meio da linguagem que definiu o marco histórico do discurso racional ocidental.

Dessa maneira, segundo Abbagnano (2003, p.164), os estudos sobre a natureza do conceito tiveram início com os filósofos gregos, que acreditavam que a origem dos conceitos estava no “cerne” das coisas, caracterizando, dentre outros elementos, o que chamavam de *essência* necessária. Platão e Aristóteles acreditavam na universalidade das coisas, daquilo que não pode fugir do que é, articulando assim os conceitos universais: aqueles que são imutáveis. Porém, Aristóteles expunha também a existência de outro tipo de conceito: “[...] conceito de indivíduo (do *sinolon*, ou composto de matéria e forma), mas não do indivíduo considerado em sua matéria, que é indeterminada, logo indefinível, e que, por exemplo, o conceito de homem é alma.” (ABBAGNANO, 2003, p.165).

Ou seja, o conceito se daria apenas em proporções que pudéssemos discernir sua totalidade, excluindo a possibilidade de conceituar objetos abstratos, tais como sensações e seres fantasiosos; a não ser que tais “sensações” ou “seres” traduzissem alguma reação física, como poderia ser o caso de algum sentimento ou emoção que, mesmo abstrato, pudesse ser traduzido em movimentos do corpo.

O estudo do conceito foi avaliado ainda na forma de *signo* pelos estóicos. Os estóicos acreditavam que os conceitos não são uma representação ideal das coisas e sim a própria essência, portanto, podemos dizer que para os estóicos, o signo, ou seja, a linguagem era a própria essência do conceito.

Estes fatos permeiam outras reflexões, que envolvem o uso do conceito de forma psíquica e cognitiva, por exemplo. Por outro lado, interessa-nos, no momento, apenas discernir sobre a estrutura fundamental dos conceitos, para levantar hipóteses subjacentes para o presente trabalho.

Atribuindo uma visão mais específica à área de Organização do Conhecimento, a pesquisadora Ingetraut Dahlberg, precursora da chamada

Teoria do Conceito, afirma que os conceitos são formados por “elementos que se articulam numa unidade estruturada” (DAHLBERG, 1978, p.102). A autora defende, ainda, a relação dos objetos (que são os elementos a ser conceituados) e seus conceitos, subdividindo-os entre objetos individuais e gerais.

Os objetos individuais se relacionam com o tempo e espaço e possuem características específicas e inconfundíveis. Já os objetos gerais tratam de objetos que estão fora de um tempo e espaço específico, abrangendo, portanto, um conceito mais geral. Essa é a diferença básica entre os conceitos e seus objetos. Além de tudo, segundo a autora, os conceitos podem se relacionar por possuírem características em comum, havendo relações lógicas, hierárquicas e de oposição. (DAHLBERG, 1987, p.104-105).

Na relação entre conceito e linguagem foram, ao longo das últimas décadas, incluídos diversos fundamentos teóricos, sendo quase impossível relacionar parte deles; para nós é importante delimitar o uso dos conceitos e da linguagem na organização e representação da informação, perspectiva que engloba, principalmente, o desdobramento da cognição humana.

Usando a premissa definida acima, ou seja, de que a linguagem representa conceitos, podemos salientar que um signo pode conceber diversos significados, ou mais de um signo pode representar apenas um conceito (respectivamente polissemia e sinonímia). Valendo-se desse preceito, podemos dizer que tanto os conceitos quanto a linguagem são mutáveis e dependem de diversos fatores para possuir um sentido pleno, que também pode ser alterado dependendo da dinâmica de significação que justifica e legitima tal sentido.

3 ESPAÇOS DE SIGNIFICAÇÃO

O professor catedrático da Universidade de Sevilha, Antonio García Gutiérrez, é um dos pesquisadores da Ciência da Informação que defende um certo tipo de desconstrução da organização canônica do conhecimento. Ele propõe a “desclassificação” do conhecimento legitimado. Dentre as diversas interpretações de suas propostas e hipóteses, podemos dizer, de maneira resumida e usando os termos do próprio autor, que García Gutiérrez (2008) afirma que a criação de outra memória informacional é possível através de estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. A subalternidade do conhecimento e as memórias “despercebidas” daqueles que chama de “cientificamente favelados” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006) podem emergir em uma estrutura de *rede*, possibilitando manifestações sociais, culturais e políticas até então sufocadas pelas ideologias e o conhecimento canônico colonizador.

Nas Ciências Sociais a questão da descolonização cultural, linguística e científica é estudada e debatida em diversas obras (MIGNOLO, 2003; SANTOS, 2001), porém, consideramos que, em certo sentido, ainda não teve um tratamento adequado na Ciência da Informação porque esta última ainda busca formas (métodos) de ordenação no campo do conhecimento estabelecido pela tradição.

Dentro das perspectivas que tentamos apresentar brevemente, localizamos o que chamamos de “espaços de significação”. É importante lembrar que García Gutiérrez, Walter Mignolo e Boaventura de Sousa Santos, citados acima, não utilizam explicitamente tal termo na forma como o estamos usando, porém, o sentido que procuramos dar a ele vai ao encontro das premissas básicas dos autores.

Espaços de significação são ambientes onde grupos específicos de indivíduos se comunicam entre si e produzem novas formas de cultura e de conceitos. Os indivíduos estabelecem uma linguagem que possibilita a troca de informações, consolidando, assim, uma forma específica de comunicar.

Não estamos falando apenas de especificidades comunicacionais, mas da capacidade de produzir e transformar não só o meio em que tais grupos vivem, mas também a forma de subsistência, se desassemblingando dos demais ambientes; isto implica dizer que eles são, além de tudo, pólos irradiadores de novos conceitos, e até de outras linguagens. Quer dizer: “É pois a partir de um acordo entre sujeitos que os sinais são apreendidos e compreendidos, realizando, em sociedade, o caráter simbólico da língua, condição do pensamento.” (CINTRA et al, 2002, p.30).

É importante salientar as duas principais conjecturas que balizam este estudo: estes espaços de significação merecem maior atenção no âmbito da representação da informação, pois, tradicionalmente os conhecimentos “apropriados” são produzidos em certas perspectivas, existindo certa desvalorização dos conhecimentos desenvolvidos em outros espaços. Em segundo lugar, vemos que os parâmetros utilizados na representação da informação foram arquitetados e validados por modelos dominantes que, por sua vez, acabam não abrangendo os contextos que se diferem disto, denotando certa exclusão da parte periférica e geradora de informação e conhecimento.

4 LINGUAGENS NATURAIS E ARTIFICIAIS

É possível dizer que a palavra informação é polissêmica, adquirindo diversos significados a partir do ângulo em que é conceituada (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Tem um papel importante na sociedade moderna, principalmente quando combinada com o conhecimento, formando assim um movimento cíclico: conhecimento que gera informação que, conseqüentemente, poderá gerar conhecimento.

Já está bem configurado na literatura da área de Ciência da Informação que o período pós Segunda Guerra Mundial foi o marco inicial dos estudos sistemáticos sobre a informação, proporcionando a criação de diversas disciplinas voltadas para o seu estudo enquanto objeto de pesquisa científica.

Fazendo parte destas disciplinas, a Ciência da Informação é introduzida em uma nova forma de desenvolvimento de conhecimento, exigindo o aprofundamento teórico e metodológico a partir de outras disciplinas. A convergência temática é necessária para que os estudos sobre informação sejam realizados na perspectiva que trata a informação como “registro” (LE COADIC, 2004). A informação registrada deve ser acessada para fazer sentido. As ações de informação é que determinam os sentidos que uma informação poderá produzir no sujeito que a está acessando.

Porém, não é possível dizer que há uma geração de conhecimento imediatamente ao acesso, às ações de informação, às formações de sentido ou a qualquer outro processo que tenha por característica a geração de significados. Gerar significados não é gerar conhecimento. O processo é bem mais complexo do que isto e ainda não tem, e talvez não a terá tão cedo, uma explicação lógica que determine suas etapas de maneira objetiva.

Na mesma linha das possíveis explicações para a relação informação e conhecimento, está um problema que não é recente e nos remete, novamente, à segunda metade do século XX. A então chamada “explosão informacional”

(BUSH¹, apud SARACEVIC, 1996, p.2) deflagrou o fenômeno do crescimento exponencial de veículos e suportes de informação de maneira cada vez mais acelerada.

Este fenômeno foi determinante para a criação de ferramentas que pudessem organizar e representar as informações contidas nestes suportes, tornando-as acessíveis a públicos específicos. Para isto foram criadas linguagens de tratamento documental, chamadas de Linguagens Documentárias que, por sua vez, são diferentes das Linguagens Naturais usadas no cotidiano. A Linguagens Documentárias não consideradas artificiais (CINTRA et al, 2002) porque não participam do léxico comum, funcionando de maneira determinada e operacional.

4.1 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

Linguagens construídas, chamadas de Linguagens Documentárias (LDs), são usadas, basicamente, no contexto documental. Para Cintra et al (2002, p.34) “As linguagens documentárias inserem-se no âmbito da análise documentária que por sua vez, se define como uma atividade metodológica específica no interior da documentação”.

As LDs tem como objetivo apresentar de maneira clara e sintética o conteúdo dos documentos. Criadas, em certo sentido, para facilitar a comunicação, essas linguagens equivalem a conjuntos de símbolos padronizados ou normalizados. Diferentemente da linguagem natural, que não segue uma padronização terminológica, é polissêmica e usada em diversos contextos, as linguagens documentárias são construídas apenas para o contexto documental, utilizadas para indexação, recuperação e armazenamento da informação.

Enquanto a linguagem natural é considerada polissêmica, a linguagem documentária é considerada monossêmica. As LDs apresentam apenas um significado para um significante, diferentemente da Linguagem Natural (LN) que possui um significante e diversos significados, como exemplifica a Figura 1.

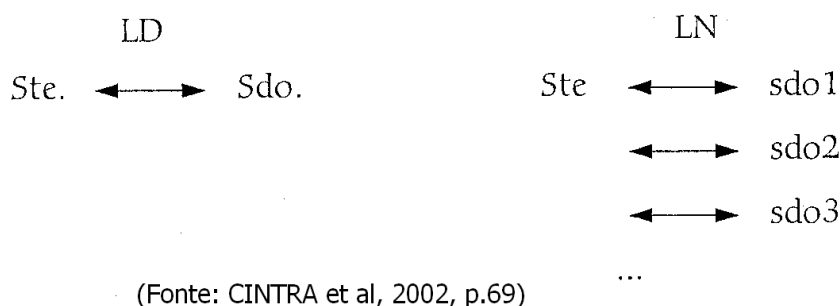


FIGURA 1: LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS.
FONTE: CINTRA ET AL, 2002. p. 69.

¹ BUSH, V. As we may may think. *Atlantic Monthly*, v.176, n.1, p. 101-108, 1945.

Segundo Cintra et al (2002, p.42), as LDs mais consistentes geralmente dispõem de “[...] um vocabulário que integra elementos da linguagem especial e linguagem natural [...]”, visando à compatibilidade do usuário com o sistema. Ou seja, a linguagem natural não está descartada do processo, mas apenas é usada para facilitar o acesso e não para a funcionalidade interna do sistema. Ao sistema de recuperação da informação interessa que as informações sejam organizadas de forma que não se percam e que possam ser recuperadas com a máxima eficiência e rapidez.

Ainda, segundo as autoras, “O vocabulário documentário tem por objetivo, reunir tudo aquilo que possa obter o sentido de ambiguidade, polissemia, variações idioletais, pobreza informativa”; ele é fixado de tal forma que o significado tenha apenas um significante e vice-versa.

As linguagens documentárias mais conhecidas são os tesouros e os sistemas de classificação bibliográfica (GOMES, 1990 apud CINTRA et al, 2002) - onde a CDD (Classificação Decimal de Dewey), CDU (Classificação Decimal Universal) e LC (Library of Congress) tentam “cobrir”, de certa maneira, todo o conhecimento; os tesouros são conhecidos pelo controle de vocabulário, partindo de uma ideia (conceito) para se chegar na palavra (termo) que melhor a representa.

4.2 POLISSEMIA E AMBIGUIDADE NAS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

Pode-se dizer que a polissemia e a ambiguidade nas LDs devem ser neutralizadas para que a monosssemia seja garantida entre o significante e o significado. Exemplo: “O *gato* do meu primo saiu essa noite”. A palavra *gato* na sentença nos dá a ideia de gato = animal de estimação ou gato = referente à beleza de meu primo. Existe o caráter polissêmico na sentença que impede que ela signifique de maneira objetiva.

Um exemplo de ambiguidade pode ser, de acordo com Cintra *et al* (2002, p.71): “Os juízes encaravam os réus *enigmáticos*”. A palavra “*enigmáticos*” pode ser atribuída aos juízes ou aos réus. Embora a ambiguidade seja facilmente descoberta pelo contexto, isso não ocorre na polissemia, pois, a “armadilha é acreditar que a palavra tenha apenas um significado”.

É possível, segundo as autoras, neutralizar a polissemia utilizando tanto a sinonímia quanto a hiponímia. A sinonímia funciona numa relação de equivalência, sendo extremamente importante, pois “[...] visa remeter o usuário de um termo não preferencial, para um termo selecionado ou preferencial”. (CINTRA et al, 2002, p.87). Enquanto num exemplo de hiponímia, citado por Cintra et al, dizemos que “[...] roda e cravo são incluídos na categoria flores, assim como cachorro e leão incluem-se na categoria animal”. A hiponímia opera com a “noção de inclusão” reunindo valores unitários num único conjunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que, a relação entre conceito e linguagem interfere diretamente na construção da linguagem natural e da linguagem documentária e, conseqüentemente, na representação da informação, podemos identificar, inicialmente, algumas dificuldades existentes na representação da informação nos espaços de significação.

Se há uma certa tendência nos campos de pesquisa das Ciências Sociais de deslocamento dos estudos para os conhecimentos periféricos, a questão da organização e representação da informação na Ciência da Informação poderá ser diretamente afetada.

Não podemos fazer nenhuma afirmação, pois, estamos no começo de nossa pesquisa, mas podemos levantar a hipótese de que as teorias e metodologias de tratamento documental estão voltadas para as linguagens de especialidade e não para as linguagens naturais.

Se teóricos das Ciências Sociais, como Boaventura de Sousa Santos e Walter Mignolo, e da Ciência da Informação, como Antonio García Gutiérrez, propõem uma reconfiguração do conhecimento mundial e a desestruturação do conhecimento ocidental canônico, as ferramentas de operacionalização da informação podem sofrer profundas transformações, pois, foram desenvolvidas para organizar os conhecimentos dos campos de domínio e não o contrário.

Além da questão operacional, os espaços de significação merecem atenção por parte dos pesquisadores da área de Ciência da Informação, pois, são espaços importantes que constituem uma memória documental significativa, representada por meio de conceitos, que deve ser entendida, organizada e preservada.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas da Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/54/47>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

CINTRA, A. M. *et al.* *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1680/1286>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *Transinformação*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=13#Artigos>>. Acesso em: 07 set. 2009.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. *Outra memória é possível: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LE COADIC, Y. F. *A Ciência da Informação*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MIGNOLO, W. D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência: para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas da Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/235/22>>. Acesso em: 07 ago. 2010.

Como citar este artigo:

MARTINS, Mariana Thamires; SOARES, Maria Sueny Barbosa; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Questões preliminares sobre espaços de significação e a organização do conhecimento: conceitos, linguagens e conhecimentos marginais. **Informe: Estudos em Biblioteconomia e Gestão da Informação**, Recife, v. 1, n. 1, p. 78-86, 2012.

Artigo recebido em 28 de julho de 2011.
Artigo aprovado em 14 de fevereiro de 2012.